

**DO CONHECIMENTO AO CONVENCIMENTO: PROCEDIMENTOS INICIAIS
PARA A POLÍTICA PÚBLICA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO BORJA**

**FROM KNOWLEDGE TO CONVICTION: INITIAL PROCEDURES FOR THE
PUBLIC POLICY OF THE SÃO BORJA ARCHAEOLOGICAL SITE**

Recebido em: 07/08/2022

Aceito em: 11/12/2022

Domingos Sávio Campos de Azevedo¹ 

José Luciano Gattiboni Vasques² 

Resumo: Este artigo foi elaborado com a intenção de fazer constar três questões basilares da nossa investigação. Num primeiro momento, realizo um apanhado do potencial regional que concentra a temática missionária tendo em conta a peculiaridade de São Borja-RS. A segunda abordagem consiste numa reflexão sobre os fundamentos teóricos e culturais que levam em conta o objeto patrimônio e seu aproveitamento no curso histórico da humanidade bem como as tentativas que já foram colocadas à prova daquele no que tange sua projeção e importância. Por fim, descrevo minha tentativa de sensibilização junto à Câmara de Vereadores da localidade, no que acuso ser, um passo inicial à caminho da política pública que faça considerar o sítio arqueológico já reconhecido e tombado, mas que necessita ser melhor aproveitado.

Palavras-chave: Legislações Do Patrimônio, Sensibilização Local, Regramentos Sócio Educativos.

Abstract: This article was prepared with the intention of highlighting three basic questions of our investigation. At first, I make an overview of the regional potential that missionary theme, taking into account the peculiarity of São Borja-RS. The second approach consists of a reflection on the theoretical and cultural foundations that take into account the heritage object and its use in the historical course of humanity as well as the attempts that have already been put to the test of that in terms of its projection and importance. Finally, I describe my attempt to raise awareness with the local council of councilors, in what I accuse of being an initial step on the way to public policy that makes us consider the archaeological site already recognized and listed, but which needs to be better used.

Keywords: heritage legislation, local awareness, socio-educational regulations.

INTRODUÇÃO

A estrutura e o desenvolvimento desse artigo/capítulo acompanha uniformemente a elaboração de um plano de ação (que versa a política pública) tal qual sugere Artur Cabugueira (2000). Por intermédio do mesmo, adaptamos o nosso problema (sítio arqueológico de São

¹Doutor em Ciência Política – PPGPOL/UFRGS. Professor permanente de Pós-Graduação em Ciência Política – Mestrado do campus São Borja da Unipampa – Fundação Universidade Federal do Pampa. E-mail: domingosazevedo@unipampa.edu.br.

²Licenciado e Especialista em História – URCAMP/RS. Licenciado em Ciências Humanas e Especialista em Imagem, História e Memória das Missões: Educação para o Patrimônio, UNIPAMPA campus São Borja. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UNIPAMPA campus São Borja. Professor do Ensino Básico no Instituto Estadual Padre Francisco Garcia – São Borja – RS. E-mail: lugatvasques@gmail.com.

Borja) de modo a considerá-lo conforme os 5 níveis de participação dos atores locais no desenvolvimento, que por ordem asseguram a seguinte projeção: Nível 01 – Diagnóstico do problema; Nível 02 – Decisão sobre prioridades e objetivos; Nível 03 – Lançamento de iniciativas – Nível 04 – Coordenação; Nível 05 – Avaliação. Feitas as primeiras considerações, o resultado de momento da nossa investigação permite dizer que a pesquisa já preencheu os três níveis iniciais teóricos da qual faz uso o estudioso. Na consideração disto, é bom dizer ainda, que estamos diante de uma “mentalidade regional”, que se faz conferir na influência do passado sobre o presente naquilo que poderíamos considerar ser uma espécie de evolução pragmática de certas regularidades que precisam ser melhor compreendidas pelas autoridades e suas autarquias de poder. Reforçando, sobretudo, numa relação a ser mantida entre a Universidade e a comunidade regional através da prestação de um serviço especializado, que tome em conta a ilustração do todo pelos bens que nos aproximam regionalmente, provocando uma leitura mais atenta e atualizada do que de fato é patrimônio cultural missioneiro, daquilo que se procura desenvolver, embora envergonhadamente, na localidade de São Borja.

DESAZENDO A POLÍTICA “DO QUE FAZER” PATRIMONIAL. O QUE É PATRIMÔNIO? E PORQUE É IMPORTANTE PRESERVÁ-LO?

É muito comum associarmos o conceito de patrimônio como algo que adita a memória (*memini*) ou ao monumento (*monumentum*). Essas categorizações aparentemente definitivas no âmbito da preservação, na verdade revelam uma conjuntura por demais influenciável, uma vez que, inclui uma série de situações que remontam o caráter simbólico, do sentir, agir e do pensar em sociedade por meio de uma relação mantida em concordância com o seu próprio ser do passado. Não se trata, portanto, de um problema que diga respeito somente à nossa isolada herança cultural.

Conforme a *Carta de Atenas de 1931* – As “grandes criações da humanidade” passam a ser consideradas como Patrimônio³. Em verdade aquelas ficam atestadas como Monumentos de Arte e de História. Esse é o momento em que os líderes mundiais passam a ser sensibilizados a considerar bens de interesse histórico, artístico e científico – fosse no âmbito documental como no âmbito do testemunho.

³ CORBUSIER, Le (Org.). *Carta de Atenas*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989. Há, ainda, a transcrição na íntegra da Carta de Atenas, para saber mais, acompanhar: <http://portal.iphan.gov.br>

Por Decreto Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937, o Brasil é conduzido a admitir como Patrimônio Histórico e artístico e cultural todos fatores que pudessem retratar os “feitos da História brasileira”. Posto desta forma é o mesmo que dizer que como todos os países de evidência do mundo, inclusive o Brasil do novo Estado, não poderia perder a oportunidade de fazer desaparecer o legado da velha república a subsequentes aparências. Aos poucos, foi restando somente examinar essas implicações e suas contradições para velharias ultrapassadas.

De qualquer forma, o século XX definiu uma linha de orientação para “a humanidade patrimonial” que teve de ser acompanhada para recuperar saldos negativos da segunda guerra mundial. Primeiro, porque foi por circunstância da guerra e principalmente das suas devastações, que as autoridades de estado passaram a compreender e amparar os monumentos, os palácios, os túmulos, as obras de arte e tudo que permitisse emitir as riquezas culturais das nações por parte dos acervos salvaguardados. E segundo, que o período de recuperação, foi o momento de fazer lembrar do todo que um dia tiveram até ser dado o primeiro tiro do combate. Resumindo, foi necessário contar os cacos de pedras antigas para demonstrar quão profundo são as cicatrizes do tempo que deixam de contar com seus patrimônios visíveis⁴.

Conforme se verifica, a humanidade dos tempos imediatos demorou algumas décadas para entender que os patrimônios por si só, se apresentam como consequências perduráveis, e daí por diante devem se fazer constar em Tratados que façam reduzir as chances de novas infrações junto à “memória” do “globo patrimonial”⁵. Aliás, esse note, conforme pesquisamos, surge em decorrência das *Resoluções de Haia* de 1954, quando o conceito de patrimônio passa a ser referenciado como um propósito, de “bens culturais”, enquanto categorias materiais e imateriais – isto é – fazendo contemplar os monumentos de arquitetura e ou arqueológicos. É por meio desse entendimento que passam a ser formalizados os “centros monumentais”, isto é, os sítios históricos, de arte, religiosos ou seculares. A medida não só foi apropriada pelos países do velho mundo, como ganhou uma adaptação para o Brasil⁶, com a intenção de salvaguarda aos bens no território nacional.

Em 1964 passa a vigorar a *Carta de Veneza*. Em tese, essa ação aconteceu com a intenção de ampliar os pressupostos que ficaram retratados na *Carta de Atenas*. Em verdade, é

⁴ Como referência, me utilizo: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. IPHAN, Rio de Janeiro: 3ª ed., 2004.

⁵ A descrição foi retirada de: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO/SECRETARIA. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. Dph, São Paulo: 1992.

⁶ HAIA. *Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado*. Haia, 14 Maio 1954. Disponível em: <https://bit.ly/2OUDVAF>

o momento em que as “obras de menor envergadura arquitetônica” passam a ser consideradas importantes, pois acompanham os pontos menores do homem histórico. O caráter cultural passa a ser decisivo na caracterização de fundo. O critério passa a ser o “testemunho vivo de tradições seculares”. Outro acréscimo a ser referenciado ao aproveitamento patrimonial é que o conceito de patrimônio passa a servir tanto para os sítios urbanos quanto para os rurais.

Com o passar dos anos os investigadores, em especial, aqueles ligados à arquitetura passam a admitir uma nova problemática no que tange a relação urbano e rural, o que reverteu numa nova problemática em 1972, o que passou a classificar os patrimônios em natural ou cultural. Desse propósito passaram a admitir o conjunto, os ambientes e os lugares de representatividade dos segmentos organizados e pontos de memória, como trilhas, trajetos, cavernas e ambientes de caráter geo-histórico que motivassem a busca ainda atual do homem total, mas o homem como origem do território transformado.⁷

Dá para se dizer que por circunstâncias decorrentes do desfecho e de suas lamentáveis devastações, o homem passou a compreender a importância que compete a sua representatividade através de fatos memoráveis. Dos países de terceiro mundo, talvez pacientes com as recorrentes projeções do velho mundo, passaram a “se conceber” apenas na década de 1970, quando foi promovida a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – Unesco.

Conforme entendemos a interpretação de patrimônio, implica na formulação de apropriações de sensibilidades que não se resumem apenas à um valor estético, mas sim a uma importância que faz do patrimônio uma correção educativa para o homem dos tempos modernos.

Na origem do problema os patrimônios representam a memória das sociedades. Simbolizam “um importante testemunho das temporalidades que compõem as múltiplas experiências vividas, individual ou coletivamente” (NOGUEIRA, 2008, p. 324). Nestas condições, e simplesmente através delas, é comum dizer que a prática do bem comum permite dentre outras coisas, efetivar um cotidiano que se auto gere e regenera-se pelo convívio aplicado entre os pares que se fazem representar pelas suas semelhanças e não por suas diferenças. Sem mais, cabe sistematizar princípios basilares que garantam uma elaboração de projetos de

⁷O contexto advertido foi retirado de: FABRIS, Alice Lopes (Org.). *A proteção internacional de bens culturais: textos escolhidos*. Minas Gerais: UFMG, 2016.

sinalização dos bens, indicando assim um planejamento a ser acompanhado pelos agentes políticos e respectivas instâncias do poder local.

Não por vezes somos indagados a ter que responder os motivos que se ajustam as incertezas da educação patrimonial: Para que preservar? Preservar o quê e de quem? A grosso modo, estamos diante de uma “alfabetização cultural” (HORTA & MONTEIRO, 1999). E na certeza desta lógica, é pertinente fazer uma reflexão mais aguçada que ambicione esclarecer a habilidade política exercida pela municipalidade (na condição de gestora dos patrimônios) e quando possível procurar contribuir na elaboração de novas relações de pertencimento ou de aproximação com algo que não só pode como deve ser melhor aperfeiçoado, para fins de não correremos o risco de num espaço de tempo estarmos sendo confundidos como uns “analfabetos funcionais” do legado cultural que faz do problema missões um livro a ser apreciado no mundo inteiro. Como se vê, nem por intermédio de trocadilhos conseguimos reduzir as chances de que um dia isso venha de fato acontecer.

Dito isso, há por sobre esse argumento uma definição básica e convencional jamais comprovada, que insiste em ratificar no patrimônio um “inconsciente” coletivo que necessita ser incorporado por acontecimentos diretos que o façam planejar no tempo imediato (SOARES: 2003). Em tempo e com uma linha de entendimento muito aplicada com relação ao nosso objeto de pesquisa, neste momento, não tenho outra pretensão que não contribuir e aproveitar todo o arcabouço teórico e constitucional que já existe sobre o sítio de São Borja e a fim de desfazer nossas inatingíveis origens de modo a valorizar nossos estranhos mistérios⁸. E quando isso acontecer não haverá mais necessidade em precisar os pontos de memória, a isso, bastará que eles se manifestem visíveis a todos que queiram conferi-los não mais como uma experiência que não conseguiu evoluir, mas se farão projetar com a certeza que estamos retornando a conhecer outra vez, o que sempre foi nosso: o legado missioneiro.

TRATATIVAS INICIAIS DE CONVENCIMENTO: A EXPOSIÇÃO DO PROJETO DE MESTRADO NA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO BORJA

⁸Reporto as produções que seguem: COLVERO, Ronaldo; MAURER, Rodrigo. São Borja e seu patrimônio quase “esquecido”. O caso das missões jesuíticas na terra dos Presidentes. In: *IV Congresso Internacional de História*. Maringá, 2009. PINTO, Muriel; MAURER, Rodrigo. Quando a geo-história avança sobre os significados de um espaço urbano: as paisagens culturais e as transformações identitárias da fronteira Brasil-Argentina. In: *EURE*, vol. 40, n. 120, Mayo 2014. RODRIGUES, Fernando. *Resquícios jesuíticos missioneiros na terra dos presidentes e a potencialização para o desenvolvimento do turismo*. Trabalho de conclusão de curso. Especialização em Imagem, História e Memória das Missões: educação para o patrimônio. UNIPAMPA, São Borja, 2014.

Aos 30 dias de outubro de 2021, na condição de cidadão e acadêmico-pesquisador, manifestei e apresentei aos vereadores de São Borja o Projeto de Mestrado intitulado: ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA-RS. Na ocasião discorri sobre a importância da efetivação de fato e de direito do referido tema e os resultados provenientes da integração de seus aspectos culturais, históricos e econômicos no município de São Borja.

Imagem 01: Portaria oficial da Câmara de Vereadores – Ordem do dia, 30 de Agosto de 2021.



Fonte: Câmara Municipal de São Borja, 2021.

Inicialmente agradei ao Presidente da Câmara, o vereador José Luís Machado, pela oportunidade de apresentar o projeto e, dialogar a respeito do tema que julgo de grande relevância. Porém, não só pela questão histórica, mas também pelos efeitos que a sua efetivação de fato produziria em setores da esfera econômica, algo que acredito não ser apenas meu, mas também de vários outros pesquisadores: a defesa do sítio histórico e arqueológico e pensar conjuntamente um ciclo de progresso que pode ser gerado através do problema de fundo.

Imagem 02: Manifestação na tribuna livre da Câmara de Vereadores de São Borja.



Fonte: Acervo próprio.

Imagem 03: Manifestação na tribuna livre da Câmara de Vereadores de São Borja



Fonte: Acervo próprio.

Na oportunidade ponderei que o sítio histórico, desde 2018 está reconhecido oficialmente pelo Conselho Nacional de Arqueologia e pelo IPHAN, fruto de longas tentativas de efetivação deste potencial turístico que pode ser direcionado a suprir algumas lacunas geradas pela crise que atualmente permeia a economia local e brasileira.

Na explanação elenquei que a descoberta de vestígios e os efeitos provenientes da “Casa de Pedra” durante a sua reforma no prédio onde foi instalada a Loja Gang, resultam novas perspectivas sobre o espólio missioneiro pertencente ao sítio arqueológico, e produz

inquietações entre setores econômicos e culturais já manifestados através de encontros e discussões, dentre eles a audiência promovida pelo engajado nas questões são-borjenses, o vereador Valério Cassafuz, onde compareceram aproximadamente 400 pessoas, que objetivavam participar, ponderar e produzir efeitos substanciais em prol da valoração missioneira, fato que me impactou e produziu esperança na condução de um processo histórico cultural voltado para a sua preservação que frutificará com a adesão de setores do seguimento cultural e econômico municipal.

Na abordagem ali proferida, ponderei que apesar de toda historicidade de São Borja, não só na questão missioneira, ponto de partida da consolidação como importante centro histórico, já que foi declarada “Cidade Histórica” em 1995, durante o governo de Alceu Collares, ainda segue como o único município dos Sete Povos das Missões Jesuíticas Orientais que ainda não realizou nenhuma prospecção voltada ao reconhecimento e valorização de um passado que continua desconhecido e intocado tanto acima do solo como no subsolo, principalmente no quadrilátero reconhecido oficialmente pelo IPHAN.

Dentre as observações que pautaram a apresentação, discorri sobre o Art. 216 da Constituição Federal no qual adverte que a preservação do patrimônio cultural em questão deve contar com o apoio da comunidade, que poderá ajudar neste preceito, e é nesta linha de pensamento que é embasada a minha pesquisa, pois só a vontade do setor público tem se mostrado insuficiente, o que torna por imprescindível a colaboração da comunidade.

No decorrer das ponderações, alertei que ainda existem pontos de interrogações a respeito dos procedimentos quando da intervenção dentro do espaço já reconhecido, e em razão disso frisei que minha pesquisa poderia ser o ponto de equilíbrio entre o setor do conhecimento (aquilo que se produz nos bancos acadêmicos e tecnológicos), e os setores políticos e econômicos no sentido de somar e agregar forças pelo bem comum: o nosso sítio histórico e arqueológico missioneiro.

Fiz questão de deixar claro, que o intento era no sentido de contribuir e participar da elaboração de uma política pública que tenha como ponto de partida, o sítio-origem da antiga redução de São Borja. Em uma das ponderações que dirigi aos vereadores, me foi possível questionar dois pontos de inflexão: que importância tem um sítio histórico para uma localidade? E, em tempo, como aproveitar o que já existe?

A título de conhecimento, expliquei que atualmente existem tecnologias apropriadas que podem fazer uma varredura do sítio sem a necessidade de destruir as edificações e mesmo

assim localizar vestígios se acaso exista no local inspecionado, possibilitando a criação de mapas em 3D de antigas ruínas ou objetos que por acaso existam nos locais investigados. Ademais, os arqueólogos atualmente se utilizam destas ferramentas para investigar e encontrar antigos locais de interesse, com mais facilidade do que outrora. A partir de então podem escavar com maior certeza e causar menos danos nas descobertas, ao aplicar as mais recentes técnicas desenvolvidas com essa finalidade nos artefatos ou restos humanos antigos, identificando assim pessoas ou objetos que nestes locais permaneceram ou existiram ao longo do tempo.

Enfatizei que entre as novas tecnologias, existe uma denominada de ciberarqueologia, que agrega à ciência da computação, pesquisas de engenharia e conhecimentos em ciências naturais, união que gerou e produziu uma nova forma dos pesquisadores e cientistas localizarem vestígios que contam a história do passado da humanidade.

Outra observação levada e discutida com os vereadores, é de desfazer a ideia que o reconhecimento do sítio prejudicaria o setor imobiliário ou vice-versa, fato que as novas tecnologias já elencadas desmistificam essa situação, pois na realidade o que desejamos é oportunizar aos proprietários a chance de informação, de que também podem ganhar economicamente caso existam em seus domínios, bens de origens missioneiras através da visitação de turistas e aficionados pelo turismo histórico-cultural.

Como entendemos, muitos são os fatores que ajudariam na valorização do espólio missioneiro, desde uma simbólica cruz “Missioneira” na Praça Matriz, ponto central desde a fundação da Redução, como a representatividade já produzida pelos bustos existentes dos ex-presidentes Getúlio e Jango naquele local, pois quando passarmos de fato denominar ruas e pontos de memórias que façam lembrar as nossas lideranças indígenas teremos contado a nossa história na sua plenitude⁹. A preservação da historicidade são-borjense, além do sítio está também, na preservação do Altar da Paróquia do Passo, no conhecer das origens e dos motivos que immortalizaram os jesuítas e suas lápides em frente à Igreja Matriz de São Borja.

Ao desenrolar da exposição, pontuei que o tema Missões nos permite realizar um convênio internacional, onde destaquei que algumas ações como o CAT – Centro de Apoio ao Turista – Joseph Brazanelli, que por ora se encontra embargado, pode servir como um possível

⁹Esta situação carece ser melhor aprofundada, entretanto, acuso que não se trata de um objeto que será por mim explorado na investigação que venho realizando, todavia, é um tanto apropriado referenciar os esforços que o historiador Rodrigo Maurer tem feito com relação à essa temática, pois mesmo de modo um tanto acanhado, já conseguiu mapear algumas dessas lideranças. Vide o caso de Francisco de Eleutae e Timotheo Baheaba, que o mesmo lançou em sua dissertação de mestrado: MAURER, Rodrigo. *Do um que não é sete; o caso de San Francisco de Borja e a dinâmica da diferença*. PPGH Universidade de Passo Fundo, 2011.

argumento futuro para aliar a história, a cultura e algo economicamente viável, como a utilização do espólio missioneiro, fato que nos permite preservar a memória cultural do nosso povo originário e possibilitar nossas alternativas geradas pelo acompanhamento das nossas raízes no cotidiano da cidade.



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul

Notificação Nº 4/2021/IPHAN-RS-IPHAN

Ao Senhor

Eduardo Bonotto

Prefeito

Prefeitura Municipal de São Borja

Rua: Aparício Mariense, nº 2751 - Centro.

CEP: 97670-000 - São Borja - RS

e-mail: gabinete@saoborja.rs.gov.br

NOTIFICAÇÃO

Assunto: Paralisação de obra junto ao Sítio Arqueológico Redução Jesuítica de São Francisco de Borja em São Borja /RS.

Processo IPHAN n.º 01512.000497/2021-91

Senhor Prefeito,

No momento em que o cumprimento, reitero o Ofício Nº 1231/2021/IPHAN-RS-IPHAN e solicito a **PARALIZAÇÃO** imediata de quaisquer atividades na área do Sítio Arqueológico Redução Jesuítica de São Francisco de Borja, na área central do município de São Borja até o esclarecimento dos fatos.

Cabe informar que:

- a Constituição da República confere especial proteção ao patrimônio cultural brasileiro, este constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Artigo 216, caput);

- os sítios arqueológicos estão elencados como patrimônio cultural brasileiro no Art. 216 da Constituição Federal de 1988. Em adição, o parágrafo 1º, deste mesmo artigo preconiza que: o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por

Imagem 04: NOTIFICAÇÃO Nº 4/2021/IPHAN-RS-IPHAN, para a Prefeitura Municipal de São Borja – RS.

OUTUBRO

Bolsonaro veta nome de João Goulart em rodovia

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) votou um projeto de lei que dava à quase a totalidade da rodovia BR-153 o nome de João Goulart, presidente deposto pelo regime militar de 1964. O veto foi publicado no Diário Oficial da União de quinta-feira, dia 14.

Segundo Bolsonaro, "escolher homenagear apenas uma figura histórica poderia representar descompasso com os anseios e as expectativas da população de cada unidade federativa abrangida pela Rodovia". O projeto dava o nome de Jango ao trecho da BR-153 que vai de Marabá, no Pará, a Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul, totalizando cerca de 3,3 mil dos 3,5 mil quilômetros da rodovia, passando por oito Estados diferentes.

Morre o empresário Ibrahim Mahmud

Ele era presidente do Sindlojas e vice-presidente da Fecomércio

Faleceu na madrugada de sábado, dia 9, no Hospital Ivan Goulart, em São Borja, o empresário Ibrahim Mahmud, de 74 anos, em decorrência de complicações após um procedimento cirúrgico de hérnia inguinal. Desde 2001, Mahmud era vice-presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio do Sul (Fecomércio-RS) e presidente do Sindlojas. Também já havia presidido a Acisb entre 1989 a 1996 e a CDL em 1996.

Vice-presidente Hamilton Mourão ficou

São Borja completa 339 anos de fundação neste domingo



Programação do padroeiro se encerra neste domingo

Fundada em 10 de outubro de 1682, pelo padre jesuíta Francisco Garcia, São Borja completa neste domingo seus 339 anos de fundação. A mesma data é dedicada ao Padroeiro do Município, São Francisco de Borja, que também é padroeiro da paróquia católica do centro da cidade.

Quando de sua fundação, o novo povoado ganhou a denominação de São Francisco de Borja, tornando-se assim o primeiro dos Sete Povos das Missões e a primeira civilização no Rio Grande do Sul. Mais tarde adotaria o nome de São Borja, ganhando a condição de vila autônoma no dia 21 de maio de 1834.

Justiça Federal determina paralisação da obra do Centro de Atendimento ao Turista



vice-presidente da Fecomércio

Faleceu na madrugada de sábado, dia 9, no Hospital Ivan Goulart, em São Borja, o empresário Ibrahim Mahmud, de 74 anos, em decorrência de complicações após um procedimento cirúrgico de hérnia inguinal. Desde 2001, Mahmud era vice-presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio do Sul (Fecomércio-RS) e presidente do Sindlojas. Também já havia presidido a Acisb entre 1989 a 1996 e a CDL em 1996.

Vice-presidente Hamilton Mourão ficou dois dias em São Borja

O vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, esteve em São Borja nesta semana participando de um evento na Coudelaria de Rincão. A visita ilustrou atemissou em um avião das Forças Armadas no Aeroporto Regional de Santo Ângelo no início da tarde de quarta-feira, dia 26. Após o pouso, um veículo trouxe Mourão a São Borja e o levou diretamente à Coudelaria.

CPI da Covid recua e tira nome de Heinze do relatório final da comissão

O senador Luis Carlos Heinze (Progressistas/RS) disse considerar um "absurdo" a inclusão do seu nome na lista de pedidos de indiciamentos da CPI da Covid. A ação se deu na última terça-feira, dia 26, após sugestão do senador Alessandro Vieira (Cidadania/SE) ao relator da comissão, Renan Calheiros (MDB/AL).

No final da tarde, a CPI retirou o nome de Heinze da lista de indiciamento do relatório final. O recuo aconteceu após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), sugerir que os senadores reavaliassem a proposta de indiciamento.

São-borjense é preso por tráfico de drogas

Francisco Garcia, São Borja completa neste domingo seus 339 anos de fundação. A mesma data é dedicada ao Padroeiro do Município, São Francisco de Borja, que também é padroeiro da paróquia católica do centro da cidade.

Justiça Federal determina paralisação da obra do Centro de Atendimento ao Turista



Obras foram suspensas por determinação da Justiça

A Justiça Federal da 4ª região, através da Vara Regional de Matéria Famlitica determinou, a pedido do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a imediata paralisação das obras do Centro de Atendimento ao

Quando de sua fundação, o novo povoado ganhou a denominação de São Francisco de Borja, tornando-se assim o primeiro dos Sete Povos das Missões e a primeira civilização no Rio Grande do Sul. Mais tarde adotaria o nome de São Borja, ganhando a condição de vila autônoma no dia 21 de maio de 1834.

Turista, que estava sendo construído na praça XV de Novembro. A Prefeitura acatou a determinação e suspendeu as obras. Uma reunião em Brasília está marcada para tratar do assunto.

Centro de Oncologia do HIG é habilitado para atender pacientes do SUS



Após anos de lutas e ideias vindas a Brasília, finalmente foi homologado

convênio entre o Centro de Oncologia do Hospital Ivan Goulart e o Sistema Único de Saúde para tratamento

Imagens 05 e 06: Chamada no caderno especial “retrospectiva 2021”, tiragem de sexta-feira, 31 de dezembro de 2021, p. 10; onde se verifica o caso mais recente de infração acometida no sítio arqueológico e que por momento se encontra embargada por ordem e competência federal.

No encerramento da manifestação, externei da necessidade que há em aproximarmos a nossa localidade à outras municipalidades que já conseguiram superar suas diferenças de ordens culturais e políticas, e que atualmente tiram proveitos econômicos daquilo é perdurável: o patrimônio missioneiro.

Dito isso, nossa manifestação foi de interesse e de confiança em cada um dos vereadores ali presentes, no sentido que pudessem colaborar substancialmente com a realização da nossa pesquisa, ao se prontificarem de realizar o questionário que fizesse transmitir o grau de instrumento daqueles junto ao patrimônio uma vez apresentado. Após a explanação, alguns vereadores se manifestaram, ao mesmo em que se demonstraram solícitos a colaborar, algo que deverá ser bem trabalhado, porém, não só na questão dos questionários, como também na proposição de políticas públicas que alavanque o turismo histórico-cultural, onde vários segmentos poderiam se fazer inseridos na produção de novas oportunidades e alternativas capazes de modificar o *status quo* que persevera a tempos no nosso município, pois ao contrário do que vociferam algumas vozes isoladas, os resquícios missioneiros permanecem intactos e por incrível que pareça à poucos centímetros dos nossos pés.¹⁰

(Nível 03 – Lançamento de iniciativas)

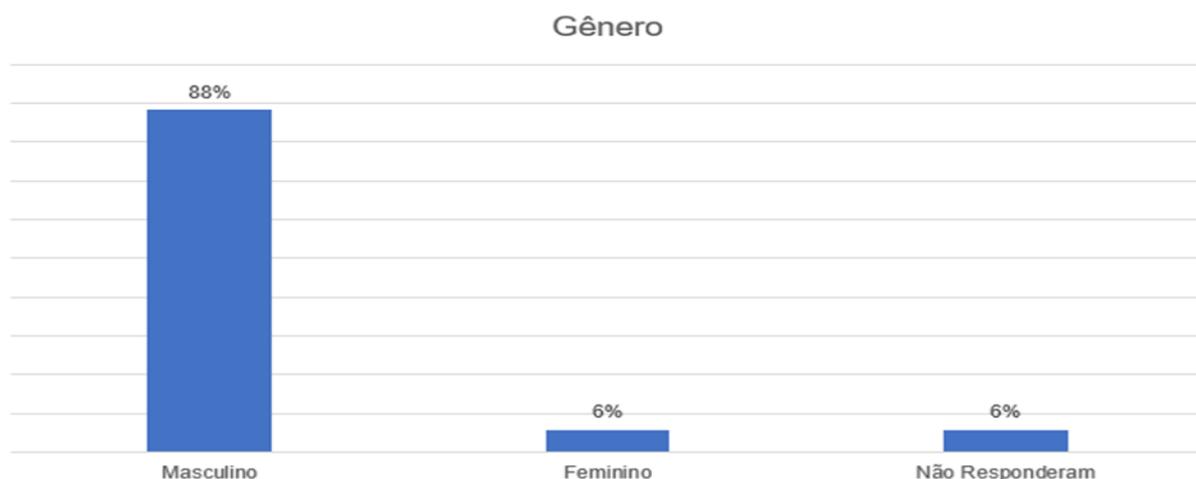
Pesquisa de amostragem e resultados iniciais do questionário realizado junto à classe política da localidade

Os gráficos a seguir retratam a aplicação do questionário realizado junto aos Vereadores em exercício e seus respectivos assessores e chefes de gabinete. As questões foram formuladas a compensar dois fatores: 1) promover o ensino patrimonial junto às autoridades legislativas para com os patrimônios missioneiros da localidade; 2) chamar vistas para a necessária orientação que perpassa o conteúdo de fundo e sua validade no tempo presente (tempo da política pública). No que tange, a aplicação do questionário, dos 15 Edis, apenas um não contribuiu com a dinâmica solicitada, o que pouco interfere no resultado que se verifica por ora. Uma vez, melhor avaliadas as respostas, o mesmo questionário será realizado junto ao diretores, e professores da educação municipal.

¹⁰Acompanhamos: RECH, Raquel. *Relatório de vistoria arqueológica no centro histórico de São Borja* São Borja: Prefeitura municipal, 2007. BISONHIM, Kelli. *Em busca da estrutura sócio-espacial da redução de San Francisco de Borja: a sobrevivência do patrimônio arqueológico*. PPG em História, PUCRS: Porto Alegre, 2011.

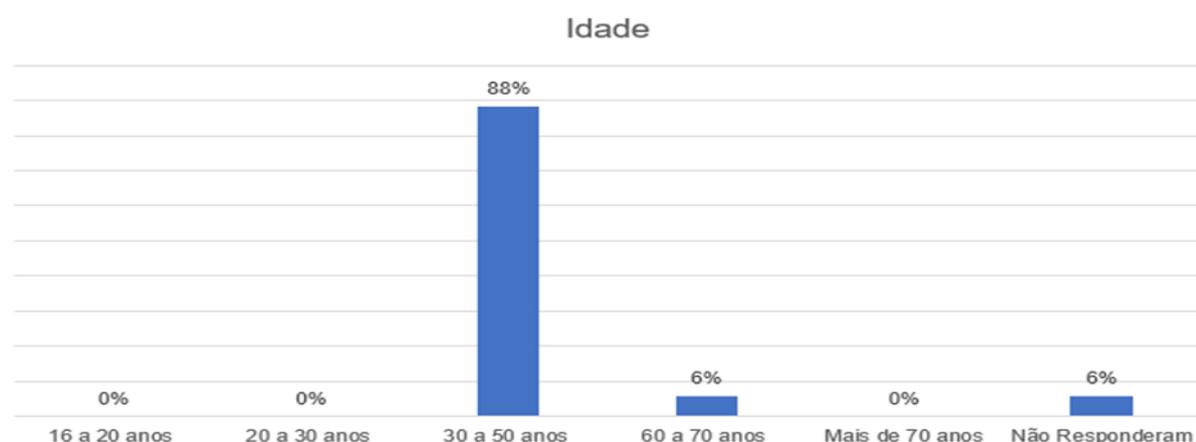
Pesquisa de amostragem – Como está o meu “EU MISSIONEIRO?”

Gráfico 1 - Gênero:



O gráfico 1 observa relação e a participação na pesquisa sobre o eu missioneiro, entre os políticos que exercem mandato público no município de São Borja, basicamente, constata-se a predominância do gênero masculino, uma vez que 88% dos entrevistados são do sexo masculino, 6% do sexo feminino e 6% não responderam ao questionário. Esse resultado evidencia a pouca participação feminina nos cargos eletivos.

Gráfico 2 - Idade:



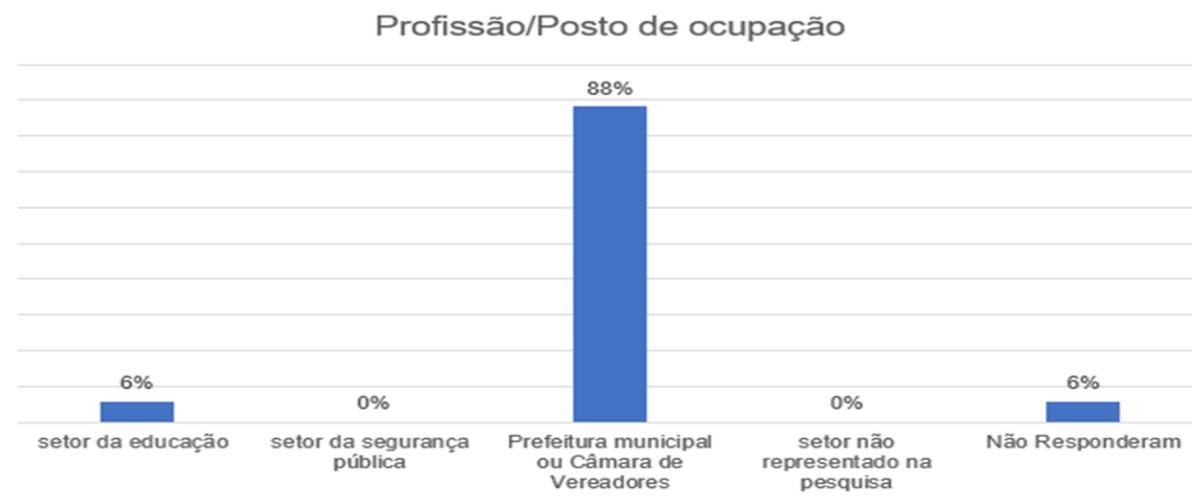
Em relação a idade, o gráfico 2, demonstra que 88% dos políticos que exercem mandatos no município de São Borja têm idade entre 30 a 50 anos, 6% entre 60 a 70 anos, e não há nenhum participante com mais de 70 anos. Isso resultado evidencia que essa participação ocorre a partir dos 30 anos até os 70 anos de idade. Destaca-se os 6% não responderam à pesquisa.

Gráfico 3 - Atuo e presto meus serviços no setor:



Observa-se que de acordo com o gráfico 3, 76% dos políticos que exercem mandatos no município prestam serviços no setor público, estabelecendo assim, uma relação com o setor público do município, 18% atuam no setor privado e 6% refere-se àqueles que não responderam. Dessa forma, evidencia-se que grande parte do setor político de São Borja atua e presta serviço no setor público.

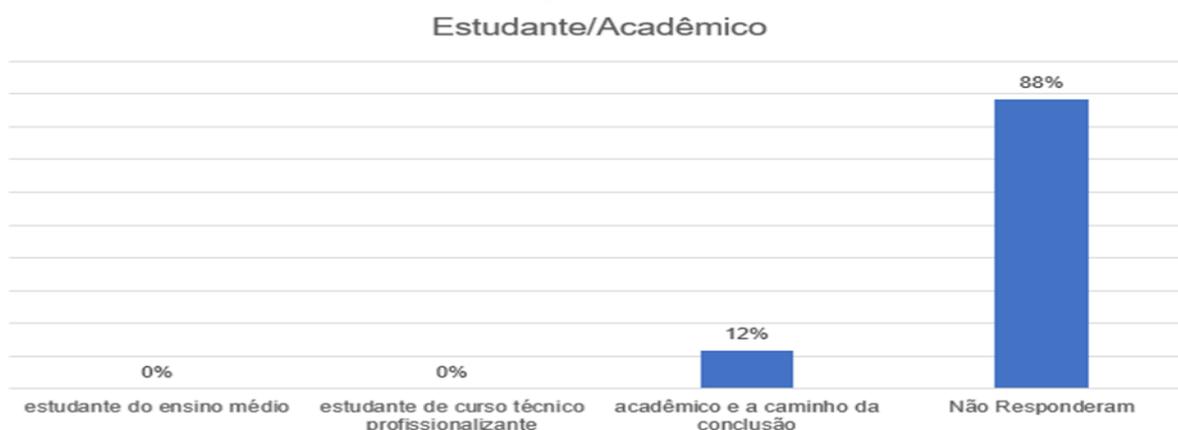
Gráfico 4 - Profissão/Posto de ocupação:



No que se refere ao posto de ocupação relacionado a profissão o gráfico 4 demonstra que 88% dos entrevistados responderam que atuam na prefeitura municipal de São Borja, ou na

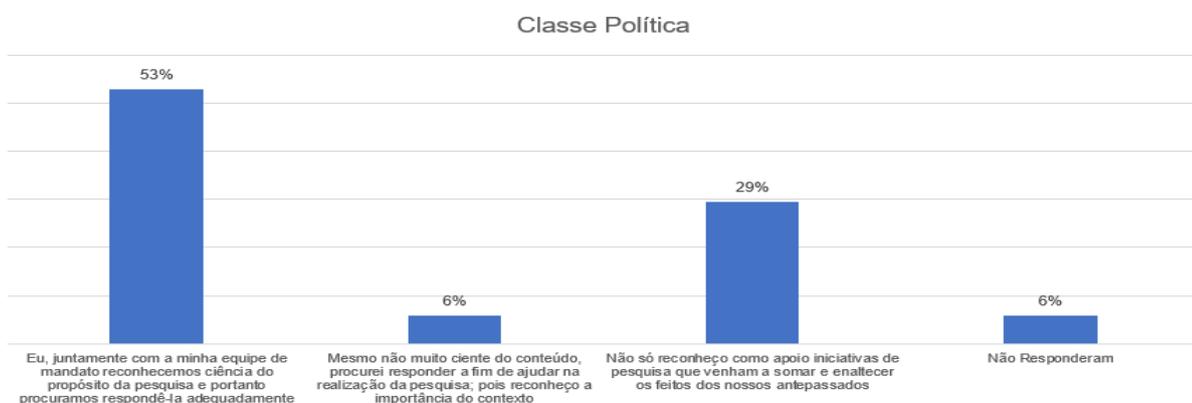
câmara municipal de vereadores da referida cidade. Ainda 6% respondeu que atua no setor da educação e 6% não responderam. Observa-se que a concentração do setor político da cidade de São Borja ocupa cargos na prefeitura municipal e câmara de vereadores, 6% atuam no setor da educação. Observa-se que o grande detentor de ocupação profissional dos políticos entrevistados relaciona-se à atuação do poder executivo e legislativo do município de São Borja.

Gráfico 5 – Grau de escolaridade/formação:



O gráfico 5 destaca o grau de escolarização e formação dos entrevistados, em relação a ser estudante do ensino médio, de curso técnico profissionalizante, acadêmico ou a caminho da conclusão. Destaca-se que 88% dos entrevistados não respondeu a esse item e 12% respondeu que acadêmico e a caminho da conclusão. Observa-se que um número significativo dos políticos que participaram da pesquisa optou por não responder ao item. Constatando-se que a maioria dos políticos que participou da entrevista não se relaciona com nenhum dos aspectos ressaltados no questionamento.

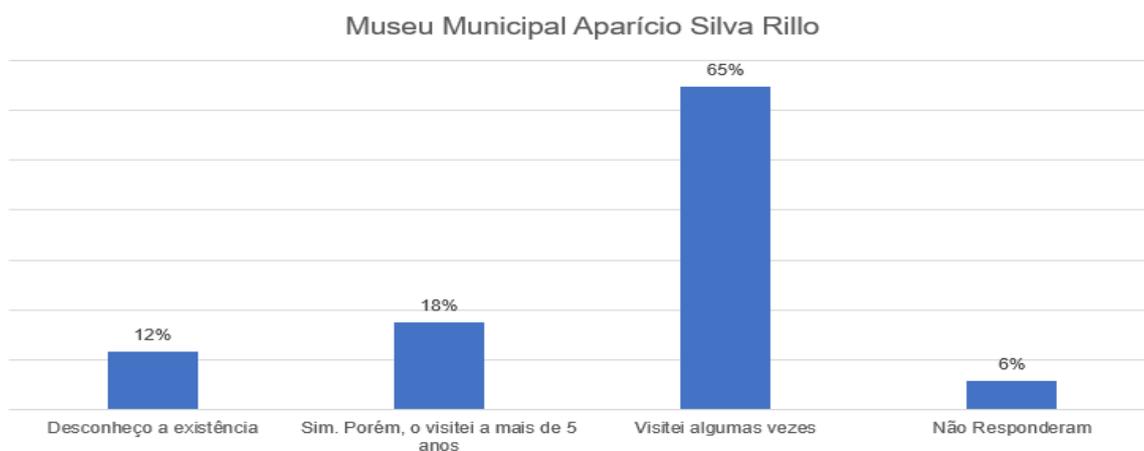
Gráfico 6 – Nível de conhecimento/concordância da classe política em relação à proposta:



Em relação ao nível de conhecimento e concordância da classe política no que se refere ao eu missionário no contexto da classe política o gráfico 6 apresenta os seguintes resultados:

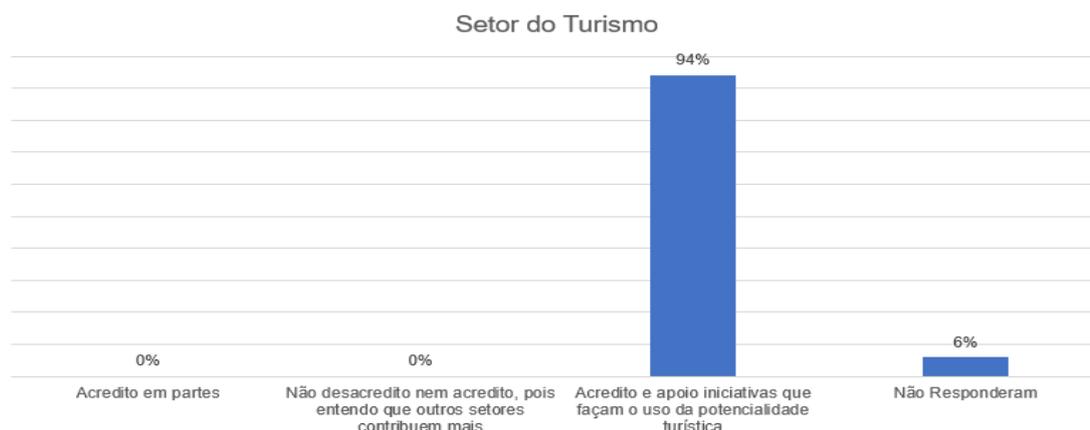
53% juntamente com sua equipe de mandato reconhecem a ciência do propósito da pesquisa e portanto responderam-na adequadamente, 6% dos entrevistados destacaram que mesmo não muito ciente do conteúdo procuraram responder a pesquisa com a finalidade de contribuir na realização da mesma, uma vez que reconhecem a importância do contexto. Ainda para 29% dos políticos entrevistados há o reconhecimento e o apoio a iniciativas que venham a somar e enaltecer os feitos dos antepassados, 6% não responderam. Dessa forma observa que há uma concordância em relação à pesquisa.

Gráfico 7 - Você já visitou o Museu Municipal Aparício Silva Rillo?



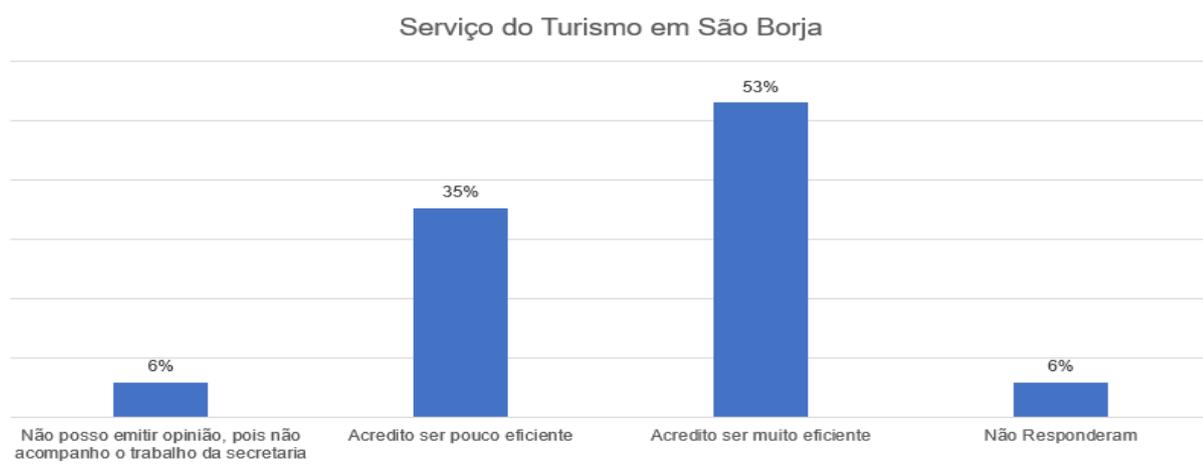
O gráfico 7 traz o questionamento aos entrevistados sobre a prática de visita ao museu municipal Aparício Silva Rillo. O resultado a esse questionamento demonstrou que 65% dos políticos que participaram da pesquisa visitaram o museu algumas vezes, 18% responderam que sim, mas destacaram que a visita ocorreu a mais de 5 anos e 12% destacaram que não conhecem e não sabiam da existência do Museu Aparício Silva Rillo, 6% não responderam. Observa-se que um número expressivo de 12% da classe política não conhece e nem sabia da existência do referido museu. Museu esse que é carregado de significado e história e memória. Observa-se que há a necessidade de divulgação e exploração turística do local a fim de que este local que abarca uma riqueza cultural, o museu municipal Aparício Silva Rillo, não fique no anonimato.

Gráfico 8 - Você acredita que o setor do turismo pode ajudar no desenvolvimento local?



O gráfico 8 apresenta o questionamento em relação ao turismo para ajudar o desenvolvimento da cidade missioneira de São Borja. 94% responderam que acreditam e apoiam iniciativas que façam o uso da potencialidade turística do município e 6% não responderam à pesquisa. Ao analisar o resultado podemos constatar que a classe política do município acredita no potencial turístico de São Borja para o desenvolvimento da cidade e apoia iniciativas de exploração turística da questão missioneira, ligada ao município.

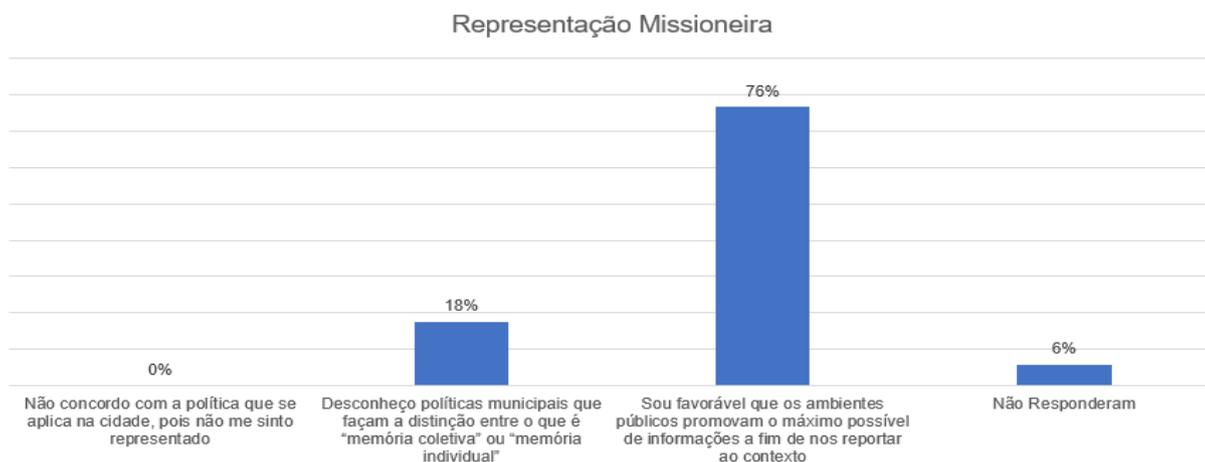
Gráfico 9 - Como você avalia a atuação da Secretaria do Turismo de São Borja?



O gráfico 9 destaca a avaliação dos entrevistados no que se refere à atuação da secretaria do turismo de São Borja. 53% responderam que essa atuação é eficiente, 35% acreditam que a atuação da secretaria é pouco eficiente, 6% destacam que não podem opinar, pois não acompanham o trabalho da secretaria e 6% não responderam. Na leitura dos números pode-se observar que há aprovação da atuação da secretaria do turismo no que se refere a exploração turística. No entanto, essa aprovação não possui números expressivos, uma vez que para 35% acreditam que a atuação é pouco eficiente, número esse que somado aos 6% dos que disseram

que não poderiam opinar, em virtude, de não acompanhar o trabalho da secretaria tem-se o resultado de 41%, um número expressivo.

Gráfico 10 - “Memória coletiva” ou “memória individual”. Como você interpreta os cuidados adotados no ambiente urbano com relação as nossas representações históricas, em especial a REPRESENTAÇÃO MISSIONEIRA?



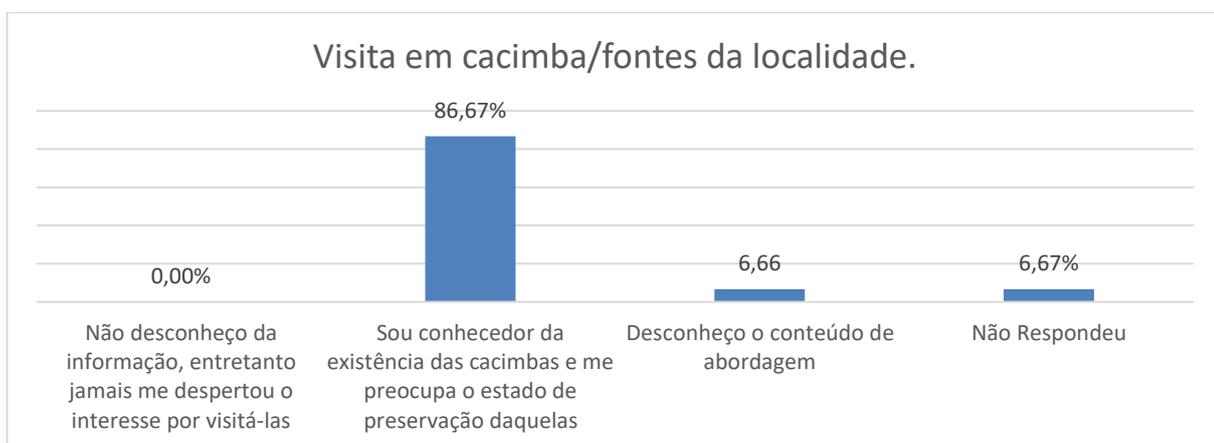
O gráfico 10 infere sobre a memória coletiva ou individual em representação missioneira, destacando os cuidados adotados para preservação das representações históricas, em especial a representação missioneira. Assim, o resultado apresentado observa que 76% dos entrevistados acredita que os ambientes públicos promovem o máximo possível de informações a fim de nos reportar ao contexto histórico. No entanto, 18% dos políticos que responderam à pesquisa não têm conhecimento acerca de políticas municipais que façam a distinção entre o que é memória coletiva ou memória individual. 6% refere-se aos que não responderam à pesquisa.

Gráfico 11 - você procura se abastecer de informações que façam alusão ao nosso passado missioneiro?



O gráfico 11, demonstra que quando questionados em relação a busca de informações que façam alusão ao passado missioneiro do município de São Borja, 82% diz que acompanha e procura conhecer as manifestações que retratam o passado missioneiro. Em relação a essa questão 12% dos políticos que participaram da pesquisa disseram que acompanham e sabem separar o conhecimento científico do conhecimento literato. E 6% se refere àqueles que não responderam.

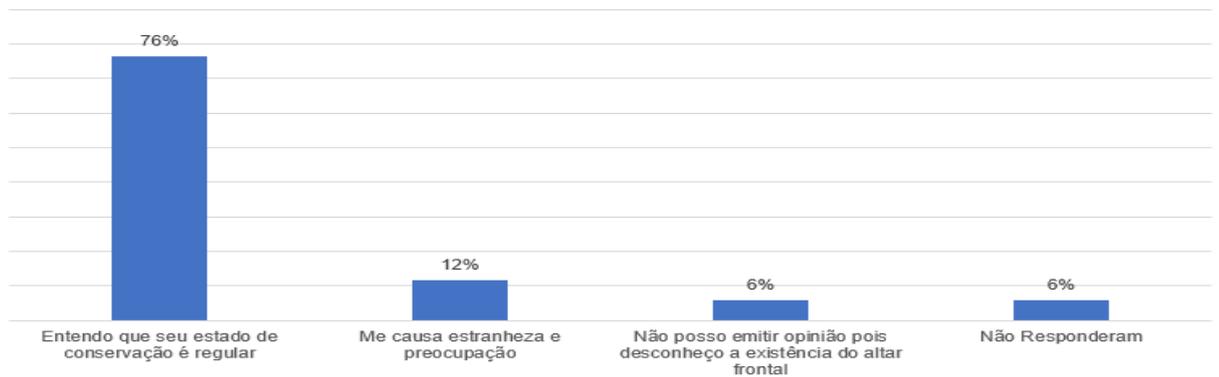
Gráfico 12 - Já teve a oportunidade de visitar alguma das duas cacimbas/fontes que a localidade possui?



O gráfico 12 questiona os participantes da pesquisa em relação à oportunidade que os mesmos tiveram de visitar as cacimbas que o município de São Borja possui. Observa-se que 86% dos entrevistados responderam que conhecem a existência das cacimbas e se preocupam com o estado de preservação destes locais. Ainda 6% responderam desconhecer a existência de cacimbas no município. 6% se refere aos que não responderam o questionário.

Gráfico 13 - Em relação ao estado de conservação do altar frontal da Igreja Nossa Senhora da Conceição:

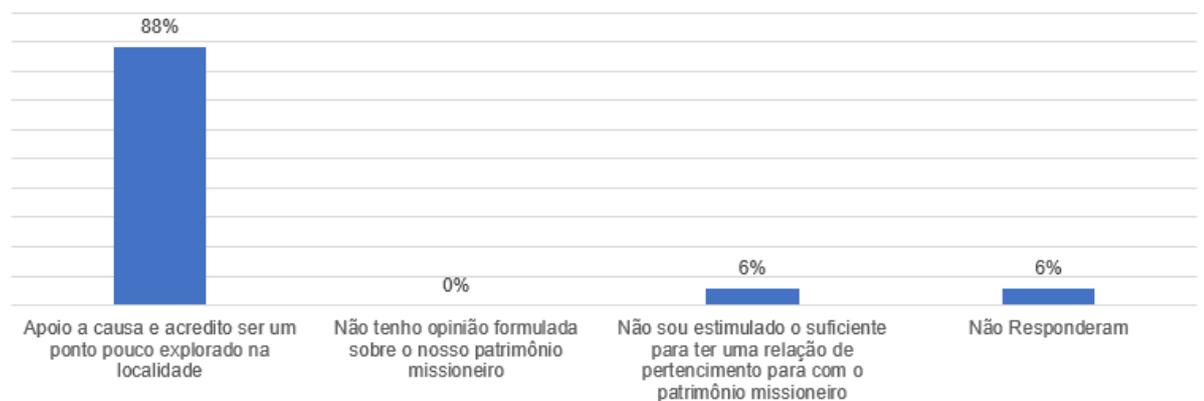
Conservação Altar Igreja N.S. da Conceição



O gráfico 13 refere-se ao estado de conservação do altar frontal da Igreja Nossa Senhora da Conceição, localizada no bairro do Passo, no município de São Borja. 76% dos entrevistados consideram o estado de conservação do altar da igreja regular, já para 12% não há conservação adequada o que causa preocupação em relação a história e memória local. 6% não opinaram pois desconhecem a existência do altar frontal da igreja e 6% não responderam à pesquisa.

Gráfico 14 - Como você classifica a sua relação com o patrimônio missioneiro?

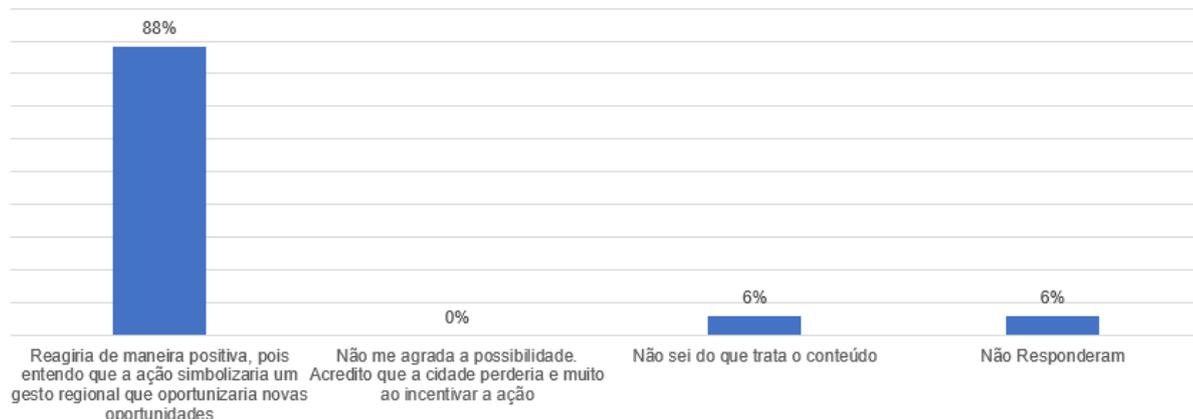
Relação Patrimônio Missioneiro



O gráfico 14, apresenta a relação do setor político que fez parte da pesquisa com o patrimônio missioneiro da cidade de São Borja. 88% dos políticos disseram que apoiam a causa e acreditam que a questão de o patrimônio missioneiro ser pouco explorado na cidade, 6% diz não ter estímulo suficiente para ter uma relação de pertencimento para com o patrimônio missioneiro e 6% refere-se ao número de entrevistados que não respondeu a pesquisa.

Gráfico 15 - Qual seria a sua reação na eventualidade presenciar uma inspeção arqueológica na cidade?

Relação Arqueológica da cidade



O gráfico 15 traz a referência a reação que os entrevistados teriam no caso de uma inspeção arqueológica no município de São Borja. 88% dos entrevistados disseram que reagiram de maneira positiva, pois entendem que a ação simboliza um gesto regional que oportuniza novas oportunidades e resgate da história. 6% responderam que desconhecem o conteúdo da questão abordada.

Gráfico 16 - Na sua opinião como é a nossa relação para com os personagens que compõem o passado missioneiro da localidade?



O gráfico 16 apresenta o último questionamento da pesquisa que infere sobre a opinião dos entrevistados em relação aos personagens que compõem o passado missioneiro do município de São Borja. Assim, 47% diz sentir falta de espaços de memória que façam com

que as pessoas reflitam sobre a importância dos indígenas e dos agentes que idealizaram a cidade de São Borja, 35% destaca que poucas vezes se colocam a caminho da defesa e conscientização, tanto no que diz respeito a classe política, quanto a sociedade civil, acarretando um não conhecimento profundo acerca do conteúdo. Essa questão demonstra o quanto é importante pesquisas e práticas que venham a resgatar a memória e o patrimônio missioneiro da cidade de São Borja.

Em termos mais precisos, o conteúdo que queremos esclarecer, remete à uma das poucas alternativas viáveis que a localidade ainda possui para ser explorada de forma consciente. É bem verdade, que a ordem de importância que estamos a propor não descarta qualquer que seja o exercício de controle civil ou aprendizado patrimonial que possam ser úteis para a construção de momento. Tem-se, portanto, um conjunto de significados que estão relacionados materialmente ou imaterialmente à moderna cidade de São Borja.

Não é, pois, por mera causalidade que os últimos anos tem reservado uma variedade de projetos nas áreas da historiografia, da geografia urbana, inventários, patrimônio cultural, turismo, identidades socioterritoriais, e representações sociais das missões, mas até esse momento é importante dizer que apenas uma iniciativa procurou emitir dispositivos de ordem sócio educacional que fizessem conferir às autoridades públicas um aproveitamento mais racional do sítio arqueológico enquanto pauta de cidade¹¹. A propósito, o patrimônio missioneiro, uma vez bem compreendido pode promover um novo e interessante momento para uma comunidade que necessita sempre prosperar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os manuais mais antigos já elaborados na história da humanidade, fazem entender que o envolvimento do homem com a sociedade das coisas, teve de ser aprimorado por aquele sobre o meio, ou quando ele próprio foi concebendo os desdobramentos de preservação que lhe diziam importância. Por isso, desde sempre nos são importantes o reconhecimento dos ídolos,

¹¹Essa situação já mereceu atenção de dois investigadores locais num trabalho em conjunto, é o caso de: MAURER, Rodrigo; PINTO, Muriel. *Prontuário técnico do sítio histórico de São Borja – Centro de Apoio Missioneiro – Ações e aplicabilidades*. Apresentado ao Conselho Municipal de Cultura do município de São Borja. 09 de Maio de 2018.

dos eventos, das conjunturas e suas ilustrações de fundo histórico – assim traduzidos na linguagem e seus significados e sentidos para com o mundo do patrimônio¹².

A título de registro, o Patrimônio Cultural da região das Missões, apresenta-se como o legado elaborado pelos *Guarani* e os Jesuítas nas reduções. São um sem número de sítios arqueológicos espalhados por toda a região, quatro deles reconhecidos como patrimônio. Partindo de São Miguel Arcanjo, declarado Patrimônio Nacional em 1938 e da Humanidade em 1983, São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau declarados Patrimônio Nacional em 1970. Estes quatro sítios arqueológicos são reconhecidos pelo Governo federal, como o Parque Histórico Nacional das Missões, que englobam além dos sítios os municípios em que os mesmos estão inseridos (VILLEGAS, 2008). Nesse grupo seleta, São Borja já teve seu reconhecimento, embora ainda acanhado, de ser também um sítio histórico, reconhecimento este conferido em 2018, pelo Conselho Nacional de Arqueologia sob consentimento do próprio IPHAN.

A peculiaridade que compõem a localidade é de tal envergadura que algumas produções já passam a aponta-la como um dos polos culturais regionais de maior importância, juntamente de São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, que estão a demonstrar que existem outros pontos de influência que não só o consagrado sítio histórico de São Miguel das Missões. Junto a isso é importante advertir que, já não é de hoje que as agências internacionais de fomento a projetos deixam entender a importância que comporta os marcadores culturais materiais e imateriais missioneiros e suas potencialidades nas centralidades fronteiriças¹³.

No entender de Maurer (2011), São Borja foi projetada visando atender uma ocupação estratégica, o que o próprio historiador acusa ser “o centro conversor do Prata”, isto é, uma espécie de território de excelência que fez reduzir a distância de duas margens especialmente importantes para o período colonial, uma vez que cabia para a localidade a tarefa de fazer uso de um manancial hídrico expressamente complexo e que ao que se supõe, se encontrava implicado à uma percepção geopolítica, ora tornando-o parte de um comércio ultramarino por

¹²Aqui faço uso de duas produções que tem me sido muito úteis para realização da minha pesquisa: SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. CALI, Plácido. *Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2005.

¹³Vide os projetos: IPHAN.; IAPH.; URI. *Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões*. São Ângelo. 2008. <http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file669.pdf> IAPH. *Ata de la reunión técnica*. IPHAN/IAPH. Sevilla: IAPH, 2012. IPHAN. *Ata da 1ª Reunião da coordenação Nacional do Projeto de Cooperação técnica internacional 914BRZ4016 “Valorização da paisagem cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guaranis*. São Miguel das Missões, Brasil.

demais incontrolável – fato que se ajusta ao histórico do chibo – das práticas ribeiras de convívio e outras técnicas artesanais de sobrevivência¹⁴, ora alinhado a corresponder os interesses dos povos da costa oposta, por ordem, Santo Thomé, La Cruz e Yapeyu.

Pinto (2015), após melhor interpretar os marcadores territoriais missionários sustenta que localidade ainda comporta, mesmo nos dias de hoje, uma influência da ancestralidade tradicional indígena que faz reportar significados que estariam a confirmam a identidade missionária de São Borja. Sustenta ainda, que por intermédio dessa ancestralidade haveria uma sobreposição e articulação com outros marcadores, como os artistas musicais, registros de crenças, pontos de memória e marcadores vivos e fabricados, sejam eles de ordem eclética e ou político regional. Reforçando, o conteúdo um tanto vasto se inclina ao cabo e ao fim na consagração de uma potencialidade patrimonial que precisa ser explorada para fins sócio educativos, quanto comerciais.

Desta perspectiva, chegamos naquele que é certamente um dos momentos mais delicados da nossa pesquisa: avaliar o montante de informações que já existem em defesa do quadrante urbano, assim já recomendado acompanhamento desde 2006¹⁵ e a partir daí passar a emitir uma nova abordagem que não só permaneça no campo das “ideias” mas que possa ganhar forma cidadina e amparo legal. Afinal de contas, estamos diante de muita matéria de memória e essas ainda se mostram atuais. Basta ver a euforia e o impasse que é criado na cidade toda vez que se descobre uma infração nova ao patrimônio. Literalmente a cidade se refaz da maneira mais vexatória possível, por conta de algo que já poderia ter sido começado. Desta forma, fica muito mais fácil dizer para-que-não-serve o patrimônio, do que acreditar que o patrimônio se impõe como o cartão de visita do nosso sucesso local, regional e internacional. Para finalizar, reitero que minha investigação está a cargo de desentruar alguns processos de competência local, desfazendo, assim, o contraste do faz o que deves com o patrimônio e aconteça o que pode acontecer, pelo faz o que deves com o patrimônio de modo que aconteça o que a comunidade deseja conhecer.

¹⁴Para um conhecimento mais detido da temática acompanhar: PINTO, Muriel; MAURER, Rodrigo; RETAMOSO, Alex S. Comunidades tradicionais, marcadores territoriais e identidades sociais: um novo pensar do desenvolvimento territorial transfronteiriço entre antigas reduções missionárias. In: *Perspectiva Geográfica – Marechal Cândido Rondon*, Ed. Esp., v.11, n. 15, pp. 105-116, jul.-dez., 2016.

¹⁵Acompanhamos: RECH, Raquel. *Lauda da vistoria arqueológica: obras de escavação de uma trincheira para colocação de tubulação de rede telefônica em frente à atual igreja matriz de São Francisco de Borja*. São Borja, 2007.

REFERÊNCIAS

- BISONHIM, Kelli. **Em busca da estrutura sócio-espacial da redução de San Francisco de Borja: a sobrevivência do patrimônio arqueológico**. PPG em História, PUCRS: Porto Alegre, 2011.
- CABUGUEIRA, Artur Carlos. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e desenvolvimento**, v. 9, p. 103-136, 2000.
- CALI, Plácido. **Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico**. São Paulo: USP, 2005, Tese de Doutorado.
- COLVERO, Ronaldo; MAURER, Rodrigo. São Borja e seu patrimônio quase “esquecido”; o caso das missões jesuíticas na terra dos presidentes. In: **IV Congresso Internacional de História**. Maringá, 2009. <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/313.pdf>.
- CORBUSIER, Le (Org.). **Carta de Atenas**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.
- CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. IPHAN, Rio de Janeiro: 3ª ed., 2004.
- DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO/SECRETARIA. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Dph, São Paulo: 1992.
- FABRIS, Alice Lopes (Org.). **A proteção internacional de bens culturais: textos escolhidos**. Minas Gerais: UFMG, 2016.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museu Imperial, 1999.
- IPHAN.; IAPH.; URI. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões**. Santo Ângelo. <<http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file669.pdf>> 2008.
- IAPH. **Ata de La Reunión Técnica IPHAN/ IAPH**. Sevilla: IAPH. 2012.
- IPHAN. **Ata da 1ª Reunião da coordenação Nacional do Projeto de Cooperação técnica internacional 914BRZ4016 “Valorização da paisagem cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis**. São Miguel das Missões, Brasil.
- HAIA. **Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado**. Haia, 14 Maio 1954. Disponível em: <https://bit.ly/2OUDVAF>
- LAUDO IPHAN. **Memorando 117/2016**. Data de 29.02.2016.
- MAURER, Rodrigo; PINTO, Muriel. **Prontuário técnico do sítio histórico de São Borja – Centro de Apoio Missionário – Ações e aplicabilidades**. Apresentado ao Conselho Municipal de Cultura do município de São Borja. 09 de Maio de 2018.

MAURER, Rodrigo. **Do um que não é sete: o caso da antiga redução de San Francisco de Borja e a dinâmica da diferença**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História – Universidade de Passo Fundo – UPF, 2011.

NOGUEIRA, Carmen R.; D. BURKHARD, Daniela. Políticas públicas de Turismo para o desenvolvimento Local/ Regional. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v.2, n.2, <http://www.eca.usp.br/turismocultural/Retc04_arquivos/Carmen_Missoes.pdf> 2008.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Patrimônio cultural e novas políticas de memória. In: RIOS, Kênia Souza; FURTADO FILHO, João Ernani (orgs.). **Em tempo: História, memória e educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 319-330.

PINTO, Muriel. **A identidade socioterritorial missioneira na cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções jesuítico-guarani**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2015.

PINTO, Muriel & MAURER, Rodrigo. Quando a geo-história avança sobre os significados de um espaço urbano: as paisagens culturais e as transformações identitárias da fronteira Brasil-Argentina. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regional – EURE**. v. 40, n. 120, Mayo 2014. p. 135-158. www.eure.cl

PINTO, Muriel; MAURER, Rodrigo; RETAMOSO, Alex S. Uma região ameríndia na Mesopotâmia do Prata? Marcadores territoriais e identidades tradicionais como elementos para um novo pensar sobre o desenvolvimento territorial transfronteiriço entre as antigas Reduções Missioneiras. PINTO, Muriel; MAURER, Rodrigo; RETAMOSO, Alex S. **Turismo e Relações Internacionais: fronteiras transnacionais, para diplomacia das cidades e inserção internacional do Brasil** – Rio de Janeiro: Centro de Estudos em Geografia e Relações Internacionais/Cenegri, 2015. p. 145-168.

RECH, Raquel. **Relatório de vistoria arqueológica no centro histórico de São Borja** São Borja: Prefeitura municipal, 2007a.

RECH, Raquel. **Laudo da vistoria arqueológica: obras de escavação de uma trincheira para colocação de tubulação de rede telefônica em frente à atual igreja matriz de São Francisco de Borja**. São Borja, 2007b.

RODRIGUES, Fernando. **Resquíços jesuítcos missioneiros na terra dos presidentes e a potencialização para o desenvolvimento do turismo** (Trabalho de conclusão de curso. Especialização em Imagem, História e Memória das Missões: educação para o patrimônio. UNIPAMPA, São Borja, 2014.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.). **Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

SOARES, André (Org.). *Educação patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003.

UNESCO. **Convention for the Sateguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Patis, 17 October 2003.

UNESCO. **Convención para la salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial**. In: *Actas de la 32ª. Conferencia General*. Paris, 29 set.-29 out., 2003. 2006.

VILLEGAS, Mathilde. Evolução e Diagnóstico dos recursos de interesse patrimonial da Região da Missões. IPHAN. IAPH. URI. In: **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões**. Santo Ângelo, 2008. <<http://www.urisan.tcche.br/~iphan/upload/downloads/file669.pdf>>